

Uma crise sem precedentes e que não surgiu a partir de uma lógica econômica mas com rebatimento na economia como um todo

Vladson Menezes

Economista, Professor da UEFS e Superintendente da FIEB

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, apresenta um painel com informações socioeconômicas dos principais impactos da Covid-19 na Bahia. O portal **SEI Colab: Evidências e Desafios da Covid-19**, apresenta dados e previsões estatísticas sobre a pandemia e análises de possíveis impactos na estrutura dos serviços públicos de saúde e na atividade econômica do estado. Além dessas contribuições, o painel também traz a colaboração de pesquisadores nacionais e de importantes atores da cena econômica do Brasil e da Bahia em entrevistas que versam sobre os referidos impactos e os possíveis desdobramentos em cenários pós-pandemia. Nessa edição, o entrevistado é Vladson Menezes, Economista, Professor da UEFS e Superintendente da Fieb. Entre os principais destaques está uma explicação do impacto do isolamento social na oferta de serviços considerados não essenciais e o reflexo disso na demanda de setores econômicos diversos, gerando um impacto na economia como um todo. Leia a entrevista na íntegra abaixo:

SEI-Colab: Qual sua opinião mais geral sobre essa situação trazida pela Covid-19? Como o senhor conecta o caos social e econômico que ela envolve?

Prof. Vladson Menezes: É uma crise diferente de todas que já vimos. Não surgiu a partir de uma lógica econômica. Ao contrário de 2008, por exemplo, a crise atual não pode ser considerada uma crise endógena. Um fato externo à economia ocasionou um travamento da demanda e da oferta. Definitivamente, não é uma mera crise de demanda, em que a oferta mantém sua capacidade e em tese a produção poderia ser retomada com relativa facilidade. Ao contrário, num primeiro momento houve um travamento da oferta. As medidas de isolamento social fizeram com que setores inteiros da economia praticamente deixassem de produzir. Guerrieri *et al* (2020) têm um *paper* bastante interessante sobre esse movimento. A oferta travada em setores que envolvem forte contato físico (viagens, restaurantes, *shopping centers* e comércio em geral, dentre vários outros) reduz não apenas a demanda nesses setores, mas também por produtos e serviços dos demais setores, e num nível maior do que o percebido pela visão tradicional. Repare que os trabalhadores dos setores que continuam a produzir dificilmente converterão a totalidade de sua demanda para os produtos que ainda estão sendo produzidos, enquanto os trabalhadores dos setores travados são fortemente afetados em seu consumo. Numa situação dessas, em processo de perda de remuneração, estes últimos teriam uma maior propensão marginal a consumir. Fazendo um balanço, o que acontece é um impacto negativo, e mais do que proporcional à redução da renda, sobre a demanda pelos produtos dos demais setores, que, em decorrência, acabam por também contrair a sua oferta. Veja, por exemplo, a indústria automotiva, que legalmente não foi proibida

de produzir, mas foi obrigada a reduzir fortemente a sua atividade simplesmente por conta do encolhimento da demanda – a Anfavea fala de uma queda de 99% na produção de automóveis em abril, quando comparado com março. Além disso, tem as próprias relações de insumo-produto e as questões de complementaridade na econo-



Vladson Menezes
Professor da UEFS e Superintendente da FIEB

mia. Ou seja, as características da oferta pressionam ainda mais por uma nova redução desta. À medida que empresas de alguns setores vão restringindo sua produção, elas deixam de demandar ou ofertar insumos e serviços importantes para outros setores, o que gera um impacto ainda maior na produção da economia como um todo. Isso tudo se retroalimenta, com efeitos negativos sobre os números, as expectativas e, principalmente, as pessoas. Uma questão fundamental é o tempo necessário à contenção do vírus. Ao longo do tempo, as empresas perdem gradativamente sua capacidade operacional, deixam de cumprir suas obrigações e muitas vezes um problema de liquidez vai se tornar um problema de solvência. A oferta certamente apresentará sequelas que trarão dificuldades numa eventual retomada. Empresas fecham. A produtividade cai porque, entre outras razões, você perde economias de escala. E note que estou falando de um movimento que está ocorrendo em escala global. Por tudo isso, acho que podem ser descartadas as perspectivas de uma retomada em V. Evidentemente, a maior ou menor eficácia das medidas de combate à crise vai influenciar esse movimento.

SEI-Colab O que esperar desta crise para o setor produtivo da Bahia (industrial)? Qual a expectativa da retomada dos negócios?

Prof. Vladson Menezes: Veja, em parte eu acabei respondendo ao dar a minha opinião sobre o contexto geral da crise. Não será fácil. Evidentemente, isso vai variar de acordo com o setor. Aqueles que conseguiram converter parcela significativa de sua produção ou já estavam focados em produtos essenciais, não serão tão afetados, mas acabam sofrendo os efeitos indiretos. Assim, setores que conseguiram converter sua produção para álcool em gel, por exemplo, acharam um espaço de mercado, mas mesmo assim

Estêm tido dificuldades no acesso a insumos. Outra coisa é que esses setores representam pouco na indústria baiana.

Quando olhamos os principais setores, fica claro que o cenário não é bom. Temos ainda poucos números, devido à tradicional defasagem na divulgação dos dados. A indústria, em seu conceito ampliado, representa cerca de 23% do PIB da Bahia. Quando olhamos para a indústria extrativa, vemos que ela continua operando, embora com algumas limitações, e os primeiros resultados apontam para uma queda de aproximadamente 20% em março, quando se compara com o mesmo mês de 2019. A construção civil, é importante dizer, sofre o impacto da crise mas não tem demitido em larga escala, demonstrando certa resiliência. Acontece que o mercado residencial vem caindo, as obras de infraestrutura refluíram, a incerteza aumentou e, logicamente, o mercado sentirá mais fortemente. Os serviços industriais de utilidade pública também sentem. Para se ter uma ideia, o consumo de energia caiu 13,3% no subsistema Nordeste, que são os dados que temos, na primeira semana de maio. Quando vemos o acumulado do ano, a queda neste subsistema já chegou a 3,8% e, à medida que o tempo passa, o consumo acumulado cairá.

Também na indústria de transformação os indicadores não são bons. Os dados da pesquisa industrial mensal (PIM-IBGE) também vão apenas até março, período em que o isolamento estava em sua fase inicial, e aparentemente estaríamos bem. Crescemos mais de 7% no mês e no trimestre, em relação sempre ao mesmo período do ano anterior, enquanto a indústria brasileira caiu.

Quando examinamos os dados mais detalhadamente, vemos que o quadro é outro. Para valer quem cresceu foi o refino, que é o principal setor da nossa indústria – mais de 40% para o mês e para o trimestre, na mesma comparação feita acima. E há uma razão clara, que é a nova regulação internacional do combustível de navio, adotada em agosto do ano passado, que beneficiou a RLAM, pois aqui produzimos um óleo com baixo teor de enxofre. Isso é muito bom, mas é uma vantagem temporária, seja porque outros vão se adaptar, seja devido à queda da demanda e dos preços do petróleo e de seus derivados. O fato é que a Bahia foi, em certo sentido, beneficiada por sua concentração industrial.

Dois outros setores ainda tiveram desempenho favorável, embora bem menos expressivo, como alimentos e papel e celulose, esse último beneficiado com a demanda de produtos de higiene e com as exportações para a China. Todos os demais setores caíram, principalmente metalurgia, calçados e automotivo. A dinâmica da crise atingiu fortemente esses setores, e já vemos empresas fechando, como a calçadista Renata Mello, em Itapetinga e região.

Note que os dados divulgados até aqui são insuficientes. Se fossem mais atualizados, certamente o impacto seria maior. Quanto à retomada, ainda é uma incógnita e vai depender do tempo de isolamento e do grau de esgarçamento do tecido produtivo. De todo modo, como disse na resposta anterior, deve ser lenta. Não somos uma ilha.

“ À medida que empresas de alguns setores vão restringindo sua produção, elas deixam de demandar ou ofertar insumos e serviços importantes para outros setores, o que gera um impacto ainda maior na produção da economia como um todo. Isso tudo se retroalimenta, com efeitos negativos sobre os números, as expectativas e, principalmente, as pessoas ”

SEI-Colab: Em função das indefinições sobre os rumos da indústria no estado (privatização da Rlam; venda da Braskem; arrendamento da Fafen; reestruturação da Ford), quais as perspectivas de adensamento da indústria instalada no estado? Novamente assistiremos a um processo de perda de participação industrial no PIB da Bahia, como uma das consequências da Covid-19?

Prof. Vladson Menezes: Esse é um movimento nacional. Sabemos que, por diversas razões, a indústria de transformação vem perdendo participação no PIB e na Bahia também tem sido assim, com intensidade ainda maior.

Quanto as possibilidades colocadas na pergunta, entendo que vamos ter que esperar. Num momento como o atual, decisões de investimento são postergadas, pois envolvem muita incerteza. A resolução dessas questões ficará para depois e o impacto dessas decisões na participação industrial no PIB não virá diretamente apenas como consequência da Covid – ao menos não de uma forma visível agora. Há muita indefinição. O que temos nesse ano é que a indústria sofrerá, mas os setores forçados a interromper as suas atividades em função de uma exigência da legislação, pelos menos inicialmente, sentirão ainda mais. O que vem depois resultará de um novo cenário econômico, que ainda não está claro, mas vai envolver mudanças no comércio internacional, nas cadeias globais de valor e nos padrões de demanda

SEI-Colab: Com a desvalorização do real, como está a situação de indústrias que dependem do insumo importado? Há plantas paradas por desabastecimento? O câmbio jogará que papel para o caso da indústria baiana?

Prof. Vladson Menezes: Não é só o câmbio que importa. Evidentemente, ele tem um impacto. Quem importa insumos é diretamente prejudicado por um real desvalorizado. Quem exporta mercadorias com forte conteúdo nacional se beneficia. Olhando no acumulado até abril, as exportações baianas cresceram cerca de 2%, enquanto as importações caíram em torno de 32%. Mas agora, neste momento, as empresas que estão fechando o fazem por outra razão, que é a impossibilidade de produzir devido à ausência de insumos ou de mercado. E isso vale não apenas para o mercado interno. A Organização Mundial do Comércio prevê que o comércio internacional cairá entre 13% e 32% em 2020, mas o Brasil surpreendeu até aqui, pois a queda do valor de nossas exportações foi de apenas 4% até abril. Para o acumulado do segundo trimestre, ainda segundo a OMC, espera-se uma queda do comércio de 27%. Também se estima que haverá maior queda nos preços globais de commodities, de 20,4%. Isso é ruim para o Brasil e para a indústria baiana, em particular, que apresenta um perfil fortemente voltado para bens intermediários. Veja que até abril os óleos combustíveis representaram mais de 20% de nossas exportações totais. Além disso, com exceção da China, que importa commodities industriais, todos os demais mercados estão caindo muito.

“
Num momento como o atual, decisões de investimento são postergadas, pois envolvem muita incerteza.”

SEI-Colab: O governo federal tem adotado medidas políticas e econômicas coerentes para evitar que a recessão se transforme numa depressão? O senhor apoia as medidas de aumento dos gastos públicos ou isso pode ser um preço alto demais a se pagar?

Prof. Vladson Menezes: Veja, é impossível combater a crise sem aumentar gastos públicos. Não conheço quem pense assim. A questão é como fazer. Em primeiro lugar, deve-se deixar claro que a crise é geral, mas atinge os setores e as pessoas de maneira distinta. Há os que perderam toda a renda, que têm que ser apoiados para continuar consumindo. O mesmo vale para as empresas, que tiveram queda de receita e de produção diferenciada entre si. Por isso, o gasto deve ter foco. Falar em expansão pura e simples

do gasto público faz mais sentido quando da reabertura das atividades. Em um momento como o atual, em que há setores fechados, fazer isso sem foco significa desconhecer que nessa situação, totalmente atípica, o multiplicador do gasto público cai – o shopping center não vai reabrir simplesmente porque o governo gastou mais. Ou seja, aquele impacto intersetorial do gasto público é bem menor nessa fase que estamos passando. Se o governo não tiver foco, esse dinheiro não chega nas pessoas e setores que realmente precisam.

Nesse sentido, os gastos devem ser, em primeiro lugar, de seguridade social. Garantir que as pessoas sobrevivam e mantenham um mínimo de consumo. Nessa lógica, o auxílio emergencial do governo é muito bem-vindo. Pode-se discutir o valor, o tempo e a abrangência dessa medida, mas o sentido está correto.

Outra coisa é que empresas vão fechar. Com isso, cai a capacidade produtiva e mais pessoas ficam sem renda. Quanto mais empresas fecham e pessoas perdem renda, isso atinge os demais setores da economia, ampliando o impacto negativo da queda inicial da atividade econômica e afetando a produtividade. Esse movimento tem que ser contido, já que não pode ser evitado. Assim, ainda que as empresas parem um tempo, é importante mantê-las operacionais – ou seja, subsidiá-las, via redução, refinanciamento e/ou parcelamento de tributos e programas de manutenção do emprego – para viabilizar uma retomada menos traumática. Outra ação nesse sentido tem a ver com a política monetária. Parece que aqui o quantitativo easing, que estamos traduzindo como afrouxamento monetário, tem um papel a cumprir. É preciso viabilizar crédito em larga escala e a custo baixo, principalmente para as pequenas e microempresas.

Dito isto, o auxílio emergencial a que já me referi também cumpre um papel no sentido de manter a estrutura produtiva, já que a informalidade é muito grande em nossa economia. O Bem, benefício emergencial estabelecido pela MPV 936, também é muito importante para manter empregos e empresas. Talvez possa ser maior, mas ainda assim cumpre um papel fundamental.

Do ponto de vista tributário, vemos algumas medidas de alongamento do pagamento de impostos no âmbito do simples, alongamento de refinanciamentos e outras medidas de menor impacto. É bom, mas é muito pouco. Precisamos já preparar um Refis e alongar outros tributos. Aqui abro um parêntese para a necessidade de governos estaduais e municipais fazerem o mesmo movimento. Eles não podem emitir títulos nem moeda, mas vão receber uma justa transferência de recursos federais, já aprovada no Congresso, o que pode lhes dar algum fôlego para isso.

Prof. Vladson Menezes: Quanto ao crédito, está aí um grande gargalo. O governo, através do Banco Central reduziu o compulsório, mas o dinheiro não chegou na ponta. Mais recentemente, afrouxou exigências de certidões para obtenção de recursos, mas o dinheiro não chegou na ponta. Destinou uma linha com subsídio para financiamento da folha, mas o dinheiro não chegou na ponta. Está utilizando os bancos públicos com linhas baratas, mas o dinheiro não chegou na ponta.

Um bom exemplo é o programa de apoio a pequenas empresas, para que banquem, temporariamente, a folha salarial de seus empregados. Anunciado com previsão de gastos de R\$ 40 bilhões, só desembolsou até agora em torno de R\$ 400 milhões, o equivalente a 1% do total.

O que acontece é que, num momento em que o travamento da economia começa a contaminar a carteira dos bancos, o risco dos empréstimos aumenta significativamente e, portanto, o dinheiro que chega aos bancos não segue o caminho de volta à economia e a pequena parcela que se torna crédito é acompanhada por novas exigências de garantia e taxas de juros mais elevadas. Essa é a razão. Mesmo os bancos públicos vão pedir garantia real, e muitos pouco têm como atender a essa exigência.

Esse movimento tem sido denominado de empoçamento da liquidez ou empoçamento de crédito, quando os instrumentos tradicionais perdem a eficácia e torna-se necessário desenvolver outras propostas. Nesse sentido, a PEC 10, aprovada recentemente, tem um papel a cumprir, mas é insuficiente, pois não permite a compra direta de títulos das empresas pelo Banco Central e com isso, atinge apenas parcialmente a aversão ao risco. A PEC também cumpre outros papéis, que não vou discutir aqui.

O fato é que é preciso reduzir muito mais fortemente o risco de crédito para o recurso chegar na ponta. Temos uma proposta da Anfavea, de usar créditos tributários devidos às empresas como garantia. Temos que multiplicar iniciativas como fundos de aval com recursos públicos.

Por fim, gostaria de registrar que essas são medidas para combater a crise, mas que nosso futuro vai muito além disso. É importante registrar que estávamos apenas começando a fazer o nosso dever de casa quando isso tudo aconteceu. Para a frente, temos que controlar o risco Brasil, com uma agenda de contenção futura da relação dívida PIB, aumentar a produtividade, com uma agenda de reformas, e viabilizar a expansão da infraestrutura com capital privado. Não podemos esquecer que há economia após a pandemia.

SEI-Colab: Na sua opinião, o isolamento social tem contribuído para reduzir os casos de alastramento da doença causada pela Covid-19 no estado da Bahia ou houve

exagero nas medidas de fechamento das atividades econômicas consideradas não essenciais?

Prof. Vladson Menezes: Falo como economista, não como médico, mas seguindo diretrizes quase consensuais emanadas da OMS, acho que não houve exagero. Veja a atual situação da Bahia. Somos o quarto estado do país em população, mas quando olhamos tanto o número de casos quanto o número de mortes hoje (13/05), estamos em oitavo lugar. Nossa letalidade é bem menor do que a média nacional. Pessoalmente acho que isso tem relação com a adoção tempestiva de medidas de isolamento. E, mesmo assim, ainda corremos risco de saturação de nossos hospitais. Olhando o caso de Brasília, a primeira unidade da federação a adotar medidas de isolamento, percebe-se que o ritmo de crescimento dos casos foi contido.

É praticamente um consenso a importância do isolamento para o combate à doença. A alternativa poderia ocasionar uma propagação muito mais intensa do vírus, com a clara possibilidade de repetirmos situações já vistas em outros países e até no Brasil, como covas coletivas e demora no resgate de mortos, por absoluta falta de capacidade de nossa rede hospitalar. E nesse caso, os impactos sobre a economia poderiam ser ainda maiores.

Isso, entretanto, não significa que o caminho adotado não trouxe problemas. Mas aí temos que considerar dois aspectos. O primeiro tem a ver com as medidas de apoio às empresas e às pessoas, do ponto de vista econômico. Como eu já disse, elas foram bastante tímidas, tanto na esfera federal quanto na estadual e nos municípios que acompanhei. Faltou intensidade, para evitar uma queda tão forte da economia.

O segundo aspecto que levanto tem a ver com a retomada. Ela tem que ser planejada, numa ação conjunta do setor público e da iniciativa privada, sob pena de vivenciarmos recaídas, com todos os impactos negativos sobre as vidas e sobre a economia. Já tem estado que está revendo medidas que reabriram determinadas atividades, posto que houve um recrudescimento da contaminação.

O fato é que o isolamento pode ser efetivo, mas esse tempo tem que ser utilizado para aumentar a testagem e o monitoramento, de modo a assegurar uma abertura segura de modo relativamente rápido.

SEI-Colab: Na sua opinião, o isolamento social tem contribuído para reduzir os casos de alastramento da doença causada pela Covid-19 no estado da Bahia ou houve exagero nas medidas de fechamento das atividades econômicas consideradas não essenciais?

“É praticamente um consenso a importância do isolamento para o combate à doença. A alternativa poderia ocasionar uma propagação muito mais intensa do vírus, com a clara possibilidade de repetirmos situações já vistas em outros países e até no Brasil, como covas coletivas e demora no resgate de mortos, por absoluta falta de capacidade de nossa rede hospitalar. E nesse caso, os impactos sobre a economia poderiam ser ainda maiores.”

SEI-Colab: Como está entre as empresas industriais do estado da Bahia a prática e adesão às MPs 927 e 936 do governo federal que instituem o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, trazendo a possibilidade da redução proporcional da jornada de trabalho e dos salários e de suspensão temporária do contrato de trabalho?

Prof. Vladson Menezes: Não tenho o dado específico para a indústria, mais sei que está havendo adesão. Na Bahia, temos que até agora em torno de 340 mil empregos serão mantidos - aproximadamente 15% do emprego formal na Bahia. Isto é similar ao que ocorre em nível nacional. Até terça (12/05), o Benefício Emergencial de Emergência (BEm) já manteve 7,2 milhões de empregos, 4,7% dos quais na Bahia. Em nível nacional, houve um gasto de quase R\$ 13 bilhões. Deste total de benefícios, 52% (3.757.862) ocorreram a partir dos acordos entre trabalhadores e empresas com receita bruta anual menor que R\$ 4,8 milhões, 44% (3.143.775) nos casos de empresas com receita bruta anual maior que este valor, e 4% (305.278) nos casos de empregados domésticos e de trabalhadores intermitentes.

SEI-Colab: A crise vai alterar completamente o modelo de negócios no Brasil e no mundo. As empresas serão quase que obrigadas a fazer reestruturação produtiva para sobreviver à crise. A tecnologia vai se tornar um instrumento mais que imprescindível. Como o senhor avalia essas transformações e como elas impactarão as micro e pequenas empresas da Bahia no médio prazo? Estamos prontos para essa transição ou ela vai nos atropelar?

Prof. Vladson Menezes: É uma pergunta muito interessante, mas a resposta é complexa. Não sabemos quais serão os novos modelos de negócios. Temos algumas dicas, como

uma maior utilização de home office, contatos virtuais, tecnologias de impressão 3D, mas isso tudo varia de acordo com características setoriais. Uma pequena indústria terá exigências distintas das enfrentadas por um pequeno restaurante, por exemplo. Enquanto o último talvez tenha que pensar em uma utilização diferente de seu espaço físico e aperfeiçoar um sistema de entregas a domicílio, é possível que primeira tenha que incorporar tecnologias de produção mais flexíveis, de modo a lidar melhor com a segmentação de um mercado em constante mutação.

Olhando para a sociedade como um todo, é um movimento difícil, por várias razões. Destaco o baixo nível educacional da população, que está pouco habituada e mesmo despreparada para lidar com novas tecnologias. Trabalhadores assim terão dificuldades de adaptação. Não temos uma política educacional que dê conta desse processo.

Outra razão é o baixo grau de utilização de novas tecnologias em nossas empresas, sobretudo as menores. Isso dificulta a transição para um novo modelo, sobretudo porque o momento atual é de busca pela sobrevivência. É certo que isso pode gerar inovações, mas na falta de recursos os desdobramentos ficam prejudicados. No fundo, precisamos de política públicas que considerem esse contexto.

SEI-Colab: Com capacidade instalada em grande ociosidade é difícil esperar uma efetivação de investimentos industriais no curto prazo. Como esperar uma retomada do crescimento econômico nos próximos anos? Estamos diante de uma possibilidade concreta de uma nova década perdida com reflexos negativos para a Bahia?

Prof. Vladson Menezes: A década já foi perdida, tanto para a Bahia quanto para o Brasil. É só olhar os números. Ao final desse ano, teremos registrado o pior desempenho econômico acumulado – pior do que os das décadas de 80, 90 e 2000. Não podemos esquecer que o PIB vai cair. No Brasil, o governo já estima uma redução do PIB de 4,7%. O FMI fala em queda de 5,3%. Na Bahia, a FIEB fez um trabalho que coloca o cenário mais provável de uma queda de 6,4%. Tudo bem que são números de muito difícil previsão, mas isso já é um prenúncio do quadro que teremos.

Olhando um pouco mais para a frente, penso que não haverá recuperação rápida. Fechamento de empresas e de postos de trabalho é um movimento que ocorre mais rapidamente do que a retomada. Por isso, é importante ampliarmos as medidas de apoio agora.

De todo modo, cabe enfatizar, a Bahia produz commodities industriais e agrícolas com boa inserção no mercado internacional, em particular na China.

Prof. Vladson Menezes: Isso pode ser importante, mesmo considerando que o comércio internacional nos próximos anos vai ser diferente. Outra questão é o investimento em educação e P&D. Precisamos melhorar, mas temos o Cimatec, por exemplo, que tem um importante papel a cumprir.

SEI-Colab: Quais são as suas expectativas para a economia baiana pós pandemia?

Prof. Vladson Menezes: Veja, temos o imediatamente após e temos o longo prazo. Num primeiro momento, já disse que será ruim. A retomada não é automática. Será progressiva, um pouco mais intensa em alguns setores, mais fraca em

outros. Teremos baixas.

No longo prazo, temos potencial, por razões que já coloquei na resposta anterior. Precisamos aproveitar isso, o que passa por política tecnológica, educacional e de atração de investimentos, tanto produtivos quanto em infraestrutura, com maior participação da iniciativa privada nesse processo. Poderia falar mais do Cimatec, de vários segmentos de nossa estrutura produtiva, do potencial portuário, do papel que a FIOB pode desempenhar, da nossa criatividade e da aptidão para o turismo. Precisamos educar nossa população e possibilitar uma maior inclusão social. O fundamental é aproveitar o que temos e sempre inovar. Acredito que podemos construir políticas para isso. •

